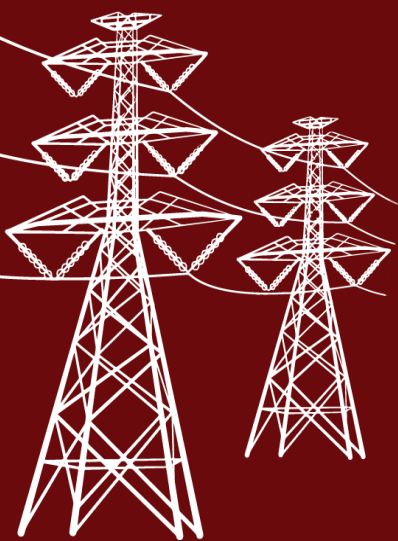


PARECER INDEPENDENTE

PERFIN APOLLO ENERGIA FUNDO DE
INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES EM
INFRAESTRUTURA



SITAWI Finanças do Bem
Rua Voluntários da Pátria, 301/301 –
Botafogo
22270-003 – Rio de Janeiro/RJ
contact@sitawi.net | +55 (21) 2247-1136

11 de janeiro de 2021

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das quatro melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRI 2019 – e a primeira organização brasileira a avaliar títulos verdes.

Sumário

1. Escopo	2
2. Opinião.....	3
3. Análise da Emissão	5
3.1. Uso dos Recursos	5
3.2. Processo de avaliação e seleção dos projetos	7
3.3. Gestão dos Recursos	10
3.4. Relato	11
Análise dos projetos	12
Formulário Green Bond Principles	20
Anexo I – Método	25

1. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente é prover uma opinião sobre o enquadramento como “Produto Financeiro Verde” do Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura, administrado pelo BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, e gerido pela Perfin Administração de Recursos LTDA.

Os recursos do Fundo são utilizados para investimentos em sociedades atuantes nos segmentos de transmissão de energia elétrica e geração de energia solar e eólica.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de avaliação, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)¹. Apesar de desenhados para títulos de dívida (bonds), a SITAWI entende que a metodologia é aplicável a fundos de investimento em participações (FIP) e usou sua experiência e métodos proprietários para fazer os devidos ajustes metodológicos.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características do Fundo baseado na análise do regulamento e práticas de gestão;
- Benefícios ambientais do Fundo de acordo com os investimentos já realizados e previstos.

Esse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pela Perfin, alguns de caráter confidencial, pesquisa de mesa, além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis pela gestão do Fundo, realizadas remotamente. Esse processo foi realizado entre novembro de 2020 e janeiro de 2021.

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível razoável de assecuração em relação a completude, precisão e confiabilidade.

O fundo pretende obter a classificação de FIP Verde, em linha com o Guia para Emissão de Títulos Verdes no Brasil 2016 (Febraban e CEBDS)², a publicação NÃO PERCA ESSE BOND³ e *Green Bond Principles*, versão de junho de 2018. Essa classificação será confirmada anualmente pela SITAWI, enquanto o fundo permanecer com saldo ativo.

¹ <https://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/Green-Bonds-Principles-June-2018-270520.pdf>

² <https://info.sitawi.net/guiatitulosverdes2016>


³ <https://info.sitawi.net/naopercaessebond>

2. Opinião

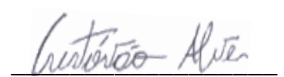
A SITAWI confirma que o Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura pode ser caracterizado como “Produto Financeiro Verde”, ou “FIP Verde”, com contribuições positivas para o desenvolvimento sustentável e uma economia de baixo carbono. Essa conclusão é baseada na avaliação de quatro aspectos do Fundo.

- a. Os recursos do Fundo se destinam a investimentos em categorias de projetos com claras externalidades ambientais positivas, compatíveis com os GBP, e incluem projetos de geração de energia renovável, nomeadamente solar e eólica; e transmissão de energia, aumentando a disponibilidade do Sistema Interligado Nacional (SIN) para energia renovável.
- b. O processo de avaliação e seleção de projetos segue a Política Ambiental, Social e de Governança do Apollo Energia; os investimentos realizados e previstos estão alinhados com a estratégia do Fundo e possuem benefícios ambientais tangíveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.
- c. Os procedimentos para gestão dos recursos captados por meio do Fundo foram claramente definidos pelo gestor, por meio de um processo documentado e transparente, que consta no regulamento; os recursos não alocados são investidos temporariamente em ativos de alta liquidez com risco ínfimo de apoiarem empreendimentos com impacto ambiental negativo.
- d. O Fundo está comprometido em reportar a alocação de recursos e os benefícios ambientais alcançados.

Equipe técnica responsável


Isabela Coutinho
Analista
icoutinho@sitawi.net


Valéria Andrade
Especialista
vandrade@sitawi.net


Cristóvão Alves
Gerente de Pesquisa e
Avaliação
calves@sitawi.net


Gustavo Pimentel
Sócio-Diretor
gpimentel@sitawi.net

Rio de Janeiro, 11/01/2021

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI nunca realizou qualquer serviço e não é contraparte de nenhum fundo gerido pela Perfin Administração de Recursos LTDA, estando apta a emitir uma opinião independente.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pelo Fundo. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁴ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento ou compra de cotas, e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez do Fundo.

⁴ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

3. Análise da Emissão

A SITAWI utilizou seu método proprietário de análise, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP). Apesar de desenhados para títulos de dívida (bonds), a SITAWI entende que a metodologia é aplicável a fundos de investimento em participações (FIP) e usou sua experiência para fazer os devidos ajustes metodológicos. Mais detalhes sobre esses princípios podem ser encontrados **Anexo I - Método**.

Os *Green Bond Principles* (GBP) são diretrizes que auxiliam o mercado a compreender os pontos chave de um produto financeiro e como ele se caracteriza como Verde. A aderência aos GBP, embora seja um processo voluntário, sinaliza aos investidores e outros agentes de mercado, que o investimento segue padrões adequados de desempenho em sustentabilidade e transparência.

Nas subseções a seguir, analisaremos o alinhamento do Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura aos quatro componentes dos GBP.

3.1. Uso dos Recursos

Os recursos do Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura (denominado nesse documento como FIP Verde) são destinados para investimentos em sociedades atuantes no segmento de transmissão de energia elétrica, e geração de energia solar e eólica.

A categoria de 'energia renovável' dos GBP é considerada pelo *Green Project Mapping* da *International Market Capital Association* (ICMA) como primária para mitigação das mudanças climáticas e terciária para a conservação de recursos naturais e para a prevenção e controle de poluição.

Energia Solar e Eólica

Os GBP reconhecem explicitamente a energia renovável proveniente de fonte eólica e solar fotovoltaica como categorias de projeto elegível para caracterização como Título Verde. Adicionalmente, a *Climate Bonds Taxonomy* provê definições gerais para emissoras sobre quais tipos de projetos estariam aptos a receber a titulação verde. A categoria de projetos relacionados às energias eólica e fotovoltaica estão incluídas nas definições da *Climate Bonds Taxonomy*, englobando as seguintes atividades:

- Desenvolvimento, construção e operação de complexos eólicos onshore e offshore;
- Infraestrutura de transmissão de interesse restrito associada a complexos eólicos;
- Desenvolvimento, construção e operação de plantas de geração de eletricidade fotovoltaica onshore e offshore;
- Infraestrutura de transmissão totalmente dedicada a complexos solares.

De acordo com SITAWI (2018), os ciclos de vida da energia eólica e da energia solar apresentam reduções nas emissões de gases do efeito estufa (GEE) superiores a 90% quando comparadas com fontes tradicionais como termelétricas a combustíveis fósseis no Brasil. Além disso, os setores podem contribuir para as metas brasileiras para o acordo de Paris, das quais:

- Expandir o uso de fontes renováveis na matriz, além da energia hídrica, para cerca de 28% a 33% até 2030;

- Expandir o uso doméstico de fontes de energia não fóssil, aumentando a parcela de energias renováveis (além da energia hídrica) no fornecimento de energia elétrica para ao menos 23% até 2030, inclusive pelo aumento da participação de eólica, biomassa e solar.

Transmissão de Energia

Diversos padrões nacionais e internacionais reconhecem que a transmissão de energia renovável é uma categoria elegível a emissão de títulos verdes, a saber:

- Os *Green Bond Principles* (GBP) incluem como projetos verdes elegíveis aqueles que suportem a energia renovável, incluindo os de transmissão;
- A Taxonomia da *Climate Bonds Initiative* determina que projetos de transmissão de energia são automaticamente compatíveis com a trajetória de descarbonização para manter o aquecimento global abaixo dos 2º C, definida na COP21, mediante atendimento ao indicador de que a infraestrutura suporta a integração de fontes renováveis ou sistemas de eficiência energética e seu balanceamento de carga;
- A publicação “Não Perca Esse Bond” enquadra projetos de transmissão de energia elétrica não dedicados a energia renovável como capazes de gerar reduções em emissões de até 20% ao longo do seu ciclo de vida, dado que são elementos fundamentais para dar estabilidade ao sistema elétrico brasileiro, com grande participação de energia renováveis que são, por natureza, intermitentes e interdependes. A publicação também indica que o aumento da participação de energia renovável no Sistema Interligado Nacional (SIN) deve ser acompanhado pela ampliação de sistemas de transmissão para redução de perdas e congestionamentos, bem como para garantia de escoamento e segurança energética.
- A taxonomia de finanças sustentáveis da União Europeia considera a transmissão de energia como substancial para a mitigação e adaptação a mudanças climáticas.

No cenário brasileiro, as linhas de transmissão contribuem para o escoamento e transmissão de energia renovável no SIN, de modo que se enquadra como categoria elegível a receber recursos de Títulos Verdes. Por outro lado, pela característica do SIN, não é possível garantir que linhas de transmissão específicas transmitem exclusivamente energia de fontes renováveis.

Para respaldar a tese de que os sistemas de transmissão darão suporte ao escoamento de energia renovável, alguns argumentos são listados a seguir:

- Fontes de energia renovável não convencionais, tais como fotovoltaica e eólica, são, por sua natureza física, intermitentes. Por esta razão, possuem alta interdependência entre si e com fontes convencionais. Neste sentido, a expansão da matriz elétrica renovável do Brasil depende da melhoria na infraestrutura de transmissão de energia, para permitir o escoamento de energia renovável não convencional e garantir segurança energética com o crescimento dessas fontes. Esse aspecto é ratificado pelo estudo “Transição da indústria de energia, aqui e agora” (Power-Industry Transition, Here and Now) do Instituto de Análise Econômica e Financeira de Energia (Institute for Energy Economics and Financial Analysis - IEEFA). Esse estudo mostra que alguns países que possuem em sua matriz elétrica um volume significativo de energia eólica e solar, não sofrem com interrupções por terem um sistema de transmissão robusto. Nesse sentido, o estudo destaca que, para integrar energias renováveis à rede,

é fundamental o investimento em transmissão para reduzir perdas e congestionamentos⁵;

- O International Development Finance Club (IDFC), associação formada pelos principais bancos de desenvolvimento do mundo, reconhecem linhas de transmissão para energia renovável como investimentos elegíveis dentro de seus *Common Principles for Climate Mitigation Finance Tracking*⁶;
- De acordo com a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), entre dezembro de 2012 e março de 2019, a capacidade instalada das usinas eólicas, solares, a biomassa e pequenas centrais hidroelétricas (PCH) cresceu 133%, aumentando a participação na matriz elétrica nacional de 13% para 22%⁷. Existe a perspectiva de que o volume de energia renovável siga crescendo. De acordo com o Plano Decenal de Expansão de Energia, é esperado que, em 2027, a geração de eletricidade, nessas mesmas fontes, represente 29% da matriz elétrica brasileira. Isso significa uma expansão de 52% da capacidade instalada de fontes renováveis alternativas, frente a expansão de 21% na capacidade do Sistema Interligado Nacional (SIN)⁸;
- As linhas de transmissão integram o SIN, um dos maiores sistemas de geração e transmissão de energia do mundo e composto majoritariamente por fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa (ex. hidrelétricas). Em 2018, o SIN teve um fator de emissão de 71,39 kgCO₂eq/MWh contra 670,33 kgCO₂eq/MWh dos sistemas isolados no Brasil, este último composto majoritariamente por fontes térmicas. O melhor aproveitamento do potencial de energia limpa do SIN depende da eficiência e qualidade da infraestrutura de transmissão⁹;
- Fontes renováveis não convencionais tendem a ser menos utility-scale e mais distribuídas. Neste sentido, a expansão do sistema de transmissão é importante para permitir a integração de fontes mais distribuídas e intermitentes no sistema.

Portanto, os investimentos do Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura oferecem uma contribuição ambiental importante com a geração e transmissão de energia renovável e evitam a emissão de volumes relevantes de gases do efeito estufa, o que lhe confere elegibilidade para ser caracterizado como FIP Verde. Além disso, o objetivo do FIP está alinhado às categorias dos *Green Bond Principles* e da *Climate Bonds Taxonomy*.

3.2. Processo de avaliação e seleção dos projetos

A Assembleia Geral de Cotistas do FIP delibera sobre a emissão e distribuição de novas cotas, conforme proposta do gestor. As diretrizes do FIP são estabelecidas através da Política Ambiental, Social e Governança (ASG) do Apollo Energia, que foi estabelecido de acordo com códigos de conduta compatíveis com os Princípios de Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês), dos quais a Perfin é signatária desde 2018.

5 Em março de 2019, cerca de 17% da energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

6 Em março de 2019, cerca de 17% da energia elétrica transmitida no SIN foi originada de fontes não renováveis (carvão, gás natural, derivados de petróleo e nuclear).

7 ANEEL - Informações Gerenciais de Março de 2019

(<https://www.aneel.gov.br/documents/656877/14854008/Boletim+de+Informa%C3%A7%C3%B5es+Gerenciais+-+1%C2%BA+trimestre+de+2019/b860054f-79ec-6608-951a-fb2288701434>) e Dezembro de 2012

(http://www2.aneel.gov.br/arquivos/PDF/Z_IG_Dez12.pdf).

8 Plano Decenal de Expansão de Energia 2027 (https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202027_aprovado_OFICIAL.pdf).

9 Anuário Estatístico de Energia Elétrica 2019, https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio_2019_WEB_alterado.pdf

A Política estabelece que o processo para investimentos em infraestrutura se inicia com busca de oportunidades, realizada de forma contínua. Para que projetos nos setores de transmissão, energia solar e energia eólica sejam elegíveis, estes devem possuir todas as autorizações necessárias para funcionamento, além de cumprir critérios financeiros.

Para projetos de transmissão, também são estabelecidos os seguintes critérios adicionais.

Tabela 1 – Critérios de elegibilidade e exclusão para o setor de transmissão

Transmissão de energia	✓ Elegibilidade: Linhas de transmissão conectadas ao Sistema Interligado Nacional, uma vez que assim se respeite que o fator de emissões de gases de efeito estufa (GEE) médio da energia transmitida seja menor ou igual a 100gCO ₂ e/kWh analisando os últimos 5 anos
	✓ Exclusão: Linhas de transmissão que se conectem diretamente ou representem expansão de conexão direta existente entre uma usina geradora que emita mais que 100 gCO ₂ e/kWh (como termoeletricas a combustíveis fósseis e hidrelétricas com baixa densidade energética) e uma subestação ou a rede em si, exceto quando para a conexão de um sistema isolado ao SIN.
	✓ Exclusão: Linhas de transmissão diretamente conectadas a ou que escoem energia advinda de usinas geradoras que possuam controvérsias socioambientais críticas, como por exemplo UHE Santo Antônio, UHE Jirau, UHE Belo Monte, UHE Sinop, UHE Balbina, UHE Cachoeira Caldeirão, Usina Nuclear de Angra dos Reis, ou outras com característica semelhante.

Os critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos são compatíveis com a definição da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia para sistemas de transmissão em trajetória de descarbonização total. Em termos práticos, o cumprimento se dá por conta da conexão ao Sistema Interligado Nacional, dado que o SIN tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh a partir de 2015 (Tabela 2).

Tabela 2 – Fator de emissões do SIN (2015-2019)

Fator de emissões (gCO ₂ /kWh)	SIN
2015	149,2
2016	98,9
2017	92,8
2018	71,4
2019	72,4

Fonte: EPE (2020)¹⁰

Todos os projetos identificados como oportunidades passam por *due diligence*. Para estas, são contratados consultores externos especializados em regulação, passivo ambiental, passivo trabalhista e outros aspectos relevantes para o ativo em questão. São realizadas análises em conjunto com a equipe interna da Perfin a respeito do ativo, da empresa que o controla e de seus riscos.

Essa análise traz temas ambientais para a discussão caso estes sejam aplicáveis para o setor/projeto que se está avaliando, nomeadamente:

Tabela 3 – Temas ASG trazidos para discussão a respeito de potenciais investimentos

Potenciais externalidades ambientais negativas dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Monitoramento e Manejo de Fauna e Flora; ✓ Contaminação do solo/corpos hídricos; ✓ Alteração na qualidade da água, monitoramento do consumo e reuso de água; ✓ Monitorar resíduos (descarte); ✓ Risco de acidente ambiental; ✓ Risco de rompimento de barragem.
--	--

¹⁰ Disponível em: <https://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/PublicacoesArquivos/publicacao-160/topico-168/Anu%C3%A1rio%20Estat%C3%ADstico%20de%20Energia%20El%C3%A9trica%202020.pdf>

Potenciais externalidades ambientais positivas dos projetos	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Despoluição de rios; ✓ Combate ao desmatamento; ✓ Redução da emissão de CO2; ✓ Respeito às áreas de preservação ambiental; ✓ Emissão de títulos verdes; ✓ Geração de energia através de fontes renováveis; ✓ Programa de reposição florestal.
Âmbito social	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Relacionamento com a comunidade local nas construções; ✓ Respeito com a comunidade e seu patrimônio histórico; ✓ Projetos sociais (Leis de Incentivo); ✓ Investimento Social Privado; ✓ Geração de emprego local; ✓ Equidade da remuneração e políticas não discriminatórias; ✓ Saúde e segurança do trabalho (indicadores voltados ao tema); ✓ Diversidade de raça, gênero, orientação sexual; ✓ Canal de Relacionamento / Denúncia.
Âmbito governança	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Incentivos corretos em relação a métricas e prazos; ✓ Alinhamento de longo prazo; ✓ Controle dos acionistas (histórico, integridade); ✓ <i>Poison pill</i>¹¹; ✓ Nível de Governança; ✓ Direito de <i>Tag Along</i>¹²; ✓ Política de dividendos; ✓ Relacionamento com stakeholders públicos; ✓ Políticas de remuneração dos comitês e conselhos; ✓ Garantia de participação ativa em decisões estratégicas e sensíveis; ✓ Política Anti-corrupção; ✓ Política Anti-Lavagem de Dinheiro; ✓ Políticas rígidas de compliance.

Para todos os temas, são consideradas suas propriedades, como abrangência, forma de incidência, avaliação de intensidade, duração, reversibilidade, cumulatividade e efeito no longo prazo.

A análise que resulta da *due diligence* e a tese de investimento são levadas ao Comitê de Investimento, que se reúne no mínimo trimestralmente. As decisões são tomadas de forma colegiada, e o gestor do fundo tem poder de veto nas deliberações. Caso seja decidido por um investimento, a equipe jurídica é acionada para formalização de todos os documentos e assinaturas.

Após o investimento, a equipe se reúne com os parceiros gestores dos projetos semanalmente para acompanhamento do desenvolvimento dos projetos, com ajuda de consultorias externas especializadas no setor contratadas para esse fim.

Atualmente, o FIP Verde investe em oito projetos de transmissão de energia (não há ativos de geração solar ou eólica), conforme indicado na Tabela 4. Foi verificado que os projetos no portfólio cumprem os critérios de elegibilidade e exclusão definidos, conforme detalhado na seção seguinte.

Tabela 4 – Projetos atualmente no portfólio do fundo

Nome	Estado	Extensão (km)	Entrada em operação
TME	MT	348	11/2011
EDTE	BA	170	01/2020

¹¹ Mecanismos de estímulo à dispersão acionária

¹² Mecanismo de proteção a acionistas minoritários



ETB (Trecho 1)	BA	186	07/2020
ETB (Trecho 2)	BA	260	10/2020
TPE	BA/MG	541	10/2020
TCC	MG/ES	288	1º sem 2021 (est.)
TSM	RJ/SP	330	1º sem 2021 (est.)
CGI	PB/PE	136	04/2020

Além da conexão ao SIN proporcionar a transmissão de energia com fator de emissão menor ou igual a 100gCO₂e/kWh, os benefícios ambientais gerados pelos projetos do portfólio estão associados ao volume de transmissão de energias renováveis não convencionais (eólica, solar, UTE a biomassa e PCH). O benefício é demonstrado pela variação do “Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”. Nesse indicador, cada Usuário Verde representa uma usina geradora de energia renovável não convencional. Dessa forma, o indicador é composto das seguintes variáveis:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;
- Faturamento com transmissão de energia renovável não convencional (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes.

A tabela abaixo demonstra os indicadores considerando as LTs que se encontravam em operação até outubro de 2020. Estes passarão a ser acompanhados para todas as LTs e relatados pelo FIP, conforme detalhado na seção ‘Relato’.

Tabela 5 – Linha de base de benefícios ambientais das linhas de transmissão do portfólio

Benefício Ambiental	2019*	2020*
Média Mensal do Número de Usuários Verdes	611,5	658,2
Percentual de Usuários Verdes sobre o total de usuários considerando médias mensais (%)	68,4%	69,1%
Faturamento de Usuários Verdes (R\$)	1.523.550,61	4.268.738,74
Percentual de faturamento de Usuários Verdes sobre o total (%)	3,5%	3,5%

*Janeiro a outubro

Podemos então concluir que os investimentos realizados e previstos pelo Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura estão alinhados com a estratégia do Fundo e possuem benefícios ambientais tangíveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável.

3.3. Gestão dos Recursos

De acordo com o anúncio de encerramento da oferta pública de distribuição primária e secundária de cotas de emissão do fundo, de janeiro de 2020, a oferta compreendeu o montante de R\$ 1.004.997.250,80 (um bilhão quatro milhões novecentos e noventa e sete mil duzentos e cinquenta reais e oitenta centavos). Em 17/01/2020, data do encerramento da oferta, seu patrimônio líquido era de R\$ 1.455.465.251,27.

O regulamento autoriza a Segunda Emissão de Cotas do Fundo no valor de até R\$ 175.000.000,00 (cento e setenta e cinco milhões de reais) a ser realizada nos termos da Instrução CVM 400. Além da Primeira Emissão e da Segunda Emissão, a critério exclusivo do Gestor, o Fundo poderá emitir novas cotas até o limite de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais).

A lâmina de dezembro de 2020 indica que o fundo tem patrimônio líquido de R\$ 1.692.960.744,84 e valor de mercado de R\$ 1.692.030.616,71. Os recursos são geridos pela Perfin.

O regulamento do fundo permite investimentos temporários em ativos de liquidez, nomeadamente: (i) títulos de emissão do Tesouro Nacional, em suas diversas modalidades operacionais, pós-fixados; (ii) operações compromissadas lastreadas nos títulos mencionados no item (i) acima; e (iii) cotas de fundos de investimento da classe “Renda Fixa”, considerado de baixo risco de crédito e com liquidez diária, conforme avaliação do gestor do fundo.

Como esses instrumentos de baixo risco financiam o governo como um todo, não há risco direto de alocação em atividades carbono intensivas.

Com base na análise realizada sobre a gestão de recursos, podemos concluir que existe um procedimento claro e transparente para garantir que os recursos sejam destinados a projetos que sustentam a classificação como FIP Verde.

3.4. Relato

O FIP Verde se compromete a monitorar e relatar informações financeiras, conforme descrito no regulamento, e ambientais relacionadas às SPEs investidas.

As informações financeiras são reportadas publicamente no site da CVM por meio dos relatórios trimestrais que mostram qual o volume de recursos destinados para cada SPE. Esses relatórios são auditados por auditores registrados pela CVM, atestando assim a veracidade das informações.

Adicionalmente, as informações de benefícios ambientais das SPEs apontadas nesse parecer como prioritários, cujos valores atuais encontram-se na Tabela 6, serão apresentados anualmente, junto a uma breve descrição das SPEs, pelo Fundo em relatório dedicado no site da CVM (www.cvm.gov.br).

Tabela 6 – Indicadores ambientais a serem reportados

Setor	Indicadores
Todos	- Localização - Principais impactos ambientais e medidas mitigadoras
Transmissão	- Extensão (km) - Usuários Verdes (média anual) - Faturamento com Usuários verdes (R\$) (média anual) - Índice de emissões do sistema em que a LT está inserida (tCO ₂ eq/kWh) - Usinas geradoras conectadas diretamente a LT ou para as quais a LT representa extensão de conexão direta (se aplicável)
Energia Solar e Energia Eólica	- Potência Instalada (MW) - Geração anual (GWh) - Emissões evitadas (tCO ₂ eq)




Adicionalmente, os benefícios ambientais do fundo e seus investimentos passarão por verificação externa anualmente, a ser realizada pela SITAWI.

Dessa maneira, concluímos que o FIP Verde definiu de maneira clara o conteúdo e a forma de reporte dos indicadores financeiros e ambientais a serem comunicados aos seus cotistas e demais *stakeholders*.

Análise dos projetos

Foi realizada análise dos projetos atualmente no portfólio do FIP, para identificação de seus eventuais impactos socioambientais adversos, principais medidas mitigadoras adotadas e cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão estabelecidos na Política ASG Apollo Energia.

LT 500kV Fernão Dias – Terminal Rio (TSM)

Descrição do projeto: Linha de transmissão com 300,3km de extensão e atravessando 27 municípios, sendo 22 no estado de São Paulo e 5 no estado do Rio de Janeiro Licença de Instalação Nº 1325/2019 emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) no dia 13/11/2019 com validade até 13/11/2023	Estado: RJ e SP	Operação: 1º sem 2021 (est.)
Cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão do FIP: A LT está conectada ao SIN, e não está conectada diretamente a usinas geradoras. O projeto já foi objeto de Parecer de Segunda Opinião sobre enquadramento como título verde da primeira emissão de debêntures de infraestrutura da Transmissora Serra da Mantiqueira S.A. em 2019.		
Impactos positivos: Como impactos positivos, foram identificados nos estudos ambientais realizados, expectativas por oportunidades de trabalho, sobretudo nos municípios interceptados pelas LTs, auxílio no atendimento de demanda elétrica da região Sudeste buscando fortalecer o Sistema Interligado Nacional, e aquecimento dos estabelecimentos de comércio e serviços na região.	ODS relacionados:   	
Principais riscos: Na fase de instalação do empreendimento, todos os processos e atividades que ocasionam a alteração do relevo, como corte e aterro, escavações, exposição do solo, bem como demais alterações na superfície do solo poderão favorecer a ocorrência de processos erosivos na região. Para a implantação de novas vias de acesso, praças de trabalho para montagem das torres e lançamento dos cabos, abertura da faixa de serviço, além do rebaixamento de copa das árvores de maior porte na faixa de servidão haverá redução da cobertura vegetal e conseqüentemente perda de habitat para as espécies presentes nas áreas afetadas. A redução na cobertura vegetal pelas ações apresentadas no impacto anterior irá acarretar a perda de exemplares da flora ameaçada e endêmica. Durante a instalação do empreendimento a realização de diversas atividades nos canteiros de obras, vias de acessos e frentes de trabalho, quando próximas de áreas com a cobertura vegetal conservada, poderão resultar em acidentes com indivíduos da fauna eventualmente presentes na região.		

Durante a instalação do empreendimento está previsto grande contingente de trabalhadores, aumentando a probabilidade de ocorrer a caça de animais silvestres, ocasionando a morte da fauna para o consumo ou mesmo para o comércio ilegal e domesticação.

Por ser caracterizado como empreendimento linear, a LT se estende por grandes distâncias em diferentes áreas, tornando-se impossível o desvio de 100% das áreas protegidas, como unidades de conservação e áreas de preservação permanente.



Ações de mitigação:

No âmbito do licenciamento ambiental e programas ambientais do empreendimento foram estabelecidos o Plano de Gestão Ambiental; Plano Ambiental da Construção (PAC); Subprograma de Gerenciamento de Efluentes Líquidos; Subprograma de Gerenciamento de Resíduos Sólidos; Subprograma de Controle de Emissões Atmosféricas; Subprograma de Controle de Ruídos; Programa de Sinalização de Vias e Controle de Tráfego de Veículos Automotores; Programa de Identificação, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos (PRAD); Programa de Prospecção, Monitoramento, Resgate e Patrimônio Paleontológico; Plano de Compensação Ambiental; Programa de Supressão de Vegetação; Programa de Resgate de Germoplasma; Programa de Reposição Florestal; Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna; . Programa de Monitoramento da Fauna; e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Alteradas (PRADA).

LT 500kV Juazeiro III – Orolândia II (ETB Trecho 1)

<p>Descrição do projeto: Linha de transmissão com 186 km de extensão e atravessando 4 municípios no estado da Bahia Portaria 17.809 de licenciamento ambiental publicada pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (INEMA) em 16/02/2019 com validade até 16/02/2025</p>	<p>Estado: BA</p>	<p>Operação: Julho/2020</p>
---	------------------------------	--

Cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão do FIP:
A LT está conectada ao SIN, e não está conectada diretamente a usinas geradoras. O projeto tem como finalidade aumentar a capacidade de transmissão de energia elétrica na Interligação Nordeste-Sudeste, para escoamento do potencial eólico da Região Nordeste através dos Estados do Piauí e Bahia de modo a direcioná-lo para os subsistemas das Regiões Centro-Oeste e Sudeste, os quais concentram a maior parte da demanda energética nacional.

<p>Impactos positivos: De acordo com estudos ambientais realizados, a implantação da LT proporciona aquecimento dos estabelecimentos de comércio e serviços, aumento do conhecimento local, geração de empregos, e aumento na confiabilidade do sistema de transmissão de energia elétrica.</p>	<p>ODS relacionados:</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div data-bbox="810 1350 954 1496">  <p>7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p> </div> <div data-bbox="1007 1350 1150 1496">  <p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> </div> </div>
--	---

Principais riscos:
Para a fase de implantação e operação do empreendimento foram identificados os impactos de interferências com os indivíduos da fauna silvestre, alteração dos níveis de ruído, alteração da qualidade das águas e dos solos, intensificação e/ou desencadeamento de processos erosivos, interferência no patrimônio espeleológico, alteração da qualidade do ar, interferências com o patrimônio arqueológico, afugentamento e perturbação da fauna, acidentes e/ou perda de indivíduos da fauna, aumento na pressão sobre a caça e captura ilegal da fauna, redução da cobertura vegetal e perda de habitat, perda de exemplares da flora ameaçada e endêmica, intervenção sobre áreas legalmente protegidas, sobrecarga dos serviços públicos e pressão sobre infraestruturas existentes, restrição de uso do solo e relocação de casas e benfeitorias nas propriedades interceptadas, interferência em comunidades tradicionais (quilombolas), aumento da incidência de doenças de propagação vetorial, ocorrência de acidentes de trabalho, alteração da paisagem e geração de incômodos a população.

Ações de mitigação:

Para o impacto sobre comunidades quilombolas foi proposta como medida mitigadora o cumprimento da Instrução Normativa 01/2015 e tratativas com a Fundação Cultural Palmares. As medidas mitigadoras para os principais riscos estão incorporadas nos programas ambientais propostos, nomeadamente: o Plano de Gestão Ambiental (PGA); Plano Ambiental de Construção (PAC); Programa de Controle de Ruídos; Programa de Controle de Emissões Atmosféricas; Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos; Programa de Controle de Erosão e Assoreamento; Programa de Sinalização e Controle de Tráfego; Programa de Comunicação Social para as Comunidades da AID; Plano de Capacitação e Integração da Mão de Obra Local; Programa de Educação Ambiental para os Trabalhadores do Empreendimento e população da ADA e AID; Plano de Reassentamento e/ou Indenização das Propriedades da Faixa de Servidão; Plano para Salvamento Afugentamento e Resgate) da Fauna Silvestre; Plano de Monitoramento da Fauna Silvestre na AID e na ADA; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas e/ou Alteradas (PRADA); Programa de Reposição Florestal; Plano de Desmate, Resgate e Monitoramento da Flora; Plano de Desmobilização da Obra; Plano de Segurança/Emergência para a Ocorrência de Acidentes ou Outras Situações de Emergência; Programa de Gerenciamento de Risco (PGR); Programa de Manutenção da Faixa de Servidão; Plano de Conectividade entre Componentes da Paisagem, Áreas Remanescente de Vegetação, Reserva Legal, Áreas Prioritárias para Conservação; Plano de Recuperação e Enriquecimento Florístico das Áreas de Preservação Permanente da Área do Empreendimento; Plano de Monitoramento das Espécies da Avifauna e Quiropterofauna; Programa de Monitoramento de Corpos Hídricos e Nascentes; e Programa de Apoio às Atividades Produtivas e para Arranjos Produtivos às comunidades locais.

LT 500 kV Bom Jesus da Lapa II – Gentio do Ouro II (ETB Trecho 2)

<p>Descrição do projeto: Linha de transmissão com 267 km de extensão e atravessando 7 municípios no estado da Bahia. Portaria 17.916 de licenciamento ambiental publicada pelo INEMA em 14/03/2019 e válida até 14/03/2025</p>	<p>Estado: BA</p>	<p>Operação: Outubro/2020</p>
<p>Cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão do FIP: A LT está conectada ao SIN, e não está conectada diretamente a usinas geradoras. O objetivo do empreendimento é o aumento da capacidade de transmissão de energia elétrica do potencial eólico da Área Leste da Região Nordeste.</p>		
<p>Impactos positivos: Nos estudos ambientais realizados foram identificados os impactos de aumento do conhecimento científico local com disponibilização do estudo ambiental do empreendimento nos locais indicados pelo órgão ambiental, permitindo o acesso pelas instituições de pesquisa e população local; elaboração de material informativo para as ações de comunicação e educação ambiental, e disponibilização em instituições de interesse; geração de empregos; melhoria na disponibilidade de energia elétrica; aumento na arrecadação de impostos; confiabilidade no sistema de transmissão de energia e movimentação do comércio local.</p>	<p>ODS relacionados:</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around; align-items: center;"> <div data-bbox="810 1413 954 1563" style="text-align: center;">  <p>7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p> </div> <div data-bbox="1007 1413 1150 1563" style="text-align: center;">  <p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> </div> </div>	
<p>Principais riscos: Foram identificados os impactos de início e/ou aceleração de processos erosivos e assoreamento; interferências com as atividades de mineração; interferências com o patrimônio espeleológico; interferências com o patrimônio paleontológico; redução de áreas com vegetação nativa; pressão sobre a fauna; mudança na estrutura das comunidades vegetais;</p>		

mudança na estrutura das comunidades faunísticas; alteração na biodiversidade; pressão sobre a infraestrutura e serviços básicos; alteração no uso e ocupação das terras; e interferências com o patrimônio arqueológico, histórico e cultural.


Ações de mitigação:

Para mitigação dos impactos identificados foram propostos os seguintes programas ambientais: Programa de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Programa de Capacitação e Integração da Mão de Obra Local; Programa de Salvamento da Fauna; Plano de Resgate e Monitoramento das Espécies da Flora; Plano de Desmate; Plano de Monitoramento da Fauna; Plano de Indenização das Propriedades da Faixa De Servidão; Programa de Manutenção da Faixa de Servidão; Plano de Compromisso do Empreendimento; Programa de Arqueologia Preventiva; Programa de Gestão das Interferências com as Atividades de Mineração; Programa Ambiental da Construção (PAC); Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Programa de Medidas de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento; Programa de Sinalização e Controle de Tráfego; Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS); Plano e Controle e Monitoramento de Ruídos; Plano de Desmobilização da Obra; Plano de Segurança e Emergência; Programa de Gerenciamento de Risco; Programa de Controle de Emissão do Material Particulado; Plano de Monitoramento de Interferências Eletromagnéticas e Rádio Interferências; e Plano de Conectividade Entre Os Componentes da Paisagem.

LT 500 kV Governador Valadares 6 – Mutum – Rio Novo do Sul (TCC)

<p>Descrição do projeto: Linha de transmissão com 288 km de extensão atravessando 17 municípios, sendo 10 no estado de Minas Gerais e 7 no estado do Espírito Santo Licença de Instalação Nº 1295/2019 emitida pelo IBAMA, publicada no dia 04/06/2019 com validade até 04/06/2023</p>	<p>Estado: MG e ES</p>	<p>Operação: 1º sem 2021 (est.)</p>
---	--	---

Cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão do FIP:
 A LT está conectada ao SIN, e não está conectada diretamente a usinas geradoras. O projeto tem como finalidade aumentar a capacidade de transmissão de energia elétrica na Interligação Nordeste-Sudeste, por conta do considerável aumento na geração de energia de fonte eólica no Nordeste.

<p>Impactos positivos: Os estudos ambientais realizados identificaram os impactos de melhoria na disponibilidade de energia elétrica, criação de expectativas favoráveis na população e aumento na oferta de postos de trabalho e incremento na economia regional.</p>	<p>ODS relacionados:</p> 
--	--

Principais riscos:
 Os riscos associados identificados foram de interferências com atividades de mineração, criação de expectativas desfavoráveis na população, interferências no cotidiano da população, pressão sobre a infraestrutura de serviços essenciais, interferências em unidades de conservação, início e/ou aceleração de processos erosivos e movimentos de massa, alterações no nível de ruído, interferências com o patrimônio arqueológico, histórico e cultural, alteração do número de indivíduos da fauna, perda de área de vegetação nativa, mudança na

estrutura das comunidades vegetais, alteração na biodiversidade, interferências com atividades de mineração, interferências no uso e ocupação do solo, e alteração da paisagem.

Ações de mitigação:

Para mitigação dos impactos identificados, foram propostas as ações que minimizam a supressão vegetal dando preferência ao corte seletivo ao invés do corte total para supressão vegetal, compensação ambiental, desvio de sítios culturais encontrados e resgate quando não for possível o desvio, entre outros, e os seguintes programas ambientais: Programa de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Programa de Gerenciamento de Riscos Ambientais; Programa de Gestão do Patrimônio Cultural e Arqueológico; Programa para Liberação da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações; Programa de Gestão das Interferências com Atividades de Mineração; Programa de Supressão da Vegetação; Programa de Salvamento de Germoplasma; Programa de Manejo de Fauna; Plano Ambiental para a Construção (PAC); Programa de Prevenção de Processos Erosivos e Movimentos de Massa; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Plano de Compensação Ambiental; Programa de Monitoramento da Fauna Alada; e Programa de Reposição Ambiental.

LT 500 kV Poções III - Padre Paraíso 2 - Governador Valadares 6 - C1 (TPE)

Descrição do projeto: Linha de transmissão com extensão de 537 km atravessando 27 municípios, dos quais 8 municípios no Estado da Bahia e 19 no Estado de Minas Gerais Licença de Operação 1582/2020 emitida pelo IBAMA em 20/07/2020 e válida até 20/07/2025	Estado: MG e BA	Operação: Outubro/2020
---	---------------------------	----------------------------------

Cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão do FIP:

A LT está conectada ao SIN, e não está conectada diretamente a usinas geradoras. O projeto tem como finalidade aumentar a capacidade de transmissão de energia elétrica na Interligação Nordeste-Sudeste, por conta do considerável aumento na geração de energia de fonte eólica no Nordeste.

Impactos positivos:

Benefícios identificados nos estudos ambientais incluem geração de postos de trabalho e renda, geração de expectativas favoráveis à instalação do empreendimento, incremento na atração demográfica, dinamização da economia regional, fortalecimento do sistema de interligado nacional, e elevação da arrecadação tributária.

ODS relacionados:



Principais riscos:



Foram identificados os riscos de alteração da qualidade ambiental do solo; alteração da qualidade das águas superficiais; instalação e/ou aceleração de processos morfodinâmicos; aumento nos níveis de ruído ambiente; alteração na qualidade do ar; interferências eletromagnéticas; perda de cobertura vegetal nativa; aumento do risco de atropelamento e acidentes com espécimes da fauna; perda e alteração de habitats; aumento da pressão da caça e tráfico de animais silvestres; possibilidade de colisão da avifauna; geração de expectativas adversas à instalação do empreendimento; interferência no cotidiano da população; aumento da demanda por serviços públicos; aumento do risco de ocorrência de acidentes de trabalho; interferência no tráfego rodoviário; alteração da paisagem; interferência no uso e ocupação do solo; redução dos postos de serviço; e interferências na exploração de recursos minerários.

Ações de mitigação:



Para mitigação dos impactos identificados foram propostos os seguintes programas ambientais: Programa de Gestão Ambiental; Plano Ambiental para a Construção; Subprograma de Boas Práticas Construtivas, Subprograma de Gerenciamento de Resíduos

Sólidos, Subprograma de Saúde e Segurança no Trabalho, Subprograma de Seleção e Contratação da Mão de Obra e Subprograma de Ações e Aquisições de Insumos; Programa de Supressão Vegetal; Programa de Resgate da Flora; Programa de Reposição Florestal; Programa de Afugentamento e Resgate da Fauna; Programa de Monitoramento da Fauna; Programa de Monitoramento da Ornitofauna Susceptível à Colisão; Programa de Controle e Monitoramento de Ruído Ambiente; Programa de Controle e Monitoramento de Processos Morfodinâmicos; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Programa de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Programa de Mitigação da Interferência da População Exógena Contratada; Programa de Articulação Institucional; e Programa de Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa.

LT 500 kV Campina Grande III - Pau Ferro (CGI)

<p>Descrição do projeto: Linha de transmissão com extensão de 136 km atravessando 15 municípios, sendo 6 no estado da Paraíba e 9 em Pernambuco Licença de Operação (LO) N° 1559/2020 emitida pelo IBAMA em 07/04/2020 com validade até 07/04/2030</p>	<p>Estado: PB e PE</p>	<p>Operação: Abril/2020</p>
<p>Cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão do FIP: A LT está conectada ao SIN, e não está conectada diretamente a usinas geradoras. O projeto tem como finalidade transmitir e ampliar a oferta de energia da rede básica do SIN, visando à integração das usinas eólicas instaladas no nordeste brasileiro.</p>		
<p>Impactos positivos: Foram identificados os impactos de geração de expectativas positivas e negativas na população residente, aumento na arrecadação de impostos, taxas e contribuições, geração de emprego e aumento da confiabilidade no fornecimento de energia.</p>	<p>ODS relacionados:</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div data-bbox="810 1048 954 1193">  <p>7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p> </div> <div data-bbox="1007 1048 1150 1193">  <p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> </div> </div>	
<p>Principais riscos: Foram identificados os impactos de alteração da qualidade do solo; alteração da qualidade das águas superficiais; intensificação e/ou aceleração de processos morfodinâmicos; alteração da qualidade do ar; alteração do ruído ambiente; interferência em cavidades naturais; caça e tráfico de animais silvestres; interferência na rotina das populações; aumento do fluxo de veículos; aumento na demanda de equipamentos e serviços públicos; expectativa da população; perda e alteração de habitats; acidentes com espécimes da fauna; colisão de avifauna; restrição do uso do solo; e interferência na paisagem.</p>		
<p>Ações de mitigação: Foram propostos os seguintes programas ambientais: Programa de Gestão Ambiental, Programa Ambiental para a Construção, Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, Programa de Monitoramento das Interferências Eletromagnéticas, Programa de Gestão de Interferência com Atividades Minerárias, Programa de Controle da Supressão Vegetal; Programa de Afugentamento da Fauna; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Controle e Monitoramento de Processos Morfodinâmicos, Programa de Educação Ambiental, Programa de Comunicação Social, Programa de Liberação da Faixa de Servidão Administrativa e Indenizações, Programa de Resgate de Germoplasma, Programa de Monitoramento da Fauna, Programa de Monitoramento e Mitigação de Colisões da Avifauna e Programa de Reposição Florestal.</p>		

LT 500 kV SE Jaurú - SE Cuiabá (TME)

Descrição do projeto: Linha de Transmissão com 348 km de extensão atravessando 18 municípios no estado do Mato Grosso Licença de Operação Nº 318356/2018 emitida pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) em 31/10/2018 e válida até 31/10/2021	Estado: MT	Operação: Novembro/2011
Cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão do FIP: A LT está conectada ao SIN, e não está conectada diretamente a usinas geradoras. A justificativa para o empreendimento foi de reforço estrutural para expansão do sistema de transmissão para escoamento de potenciais aproveitamentos hidrelétricos no estado do Mato Grosso.		
Impactos positivos: Impactos positivos identificados nos estudos ambientais incluem os conhecimentos gerados através dos trabalhos, valorização do patrimônio espeleológico da região, e geração de emprego.	ODS relacionados:  	
Principais riscos: A LT Jauru – Cuiabá percorre áreas com potencial em cavidades naturais, em especial a Província Serrana Paraguai Araguaia, a área espeleológica mais importante do estado de Mato Grosso. Nesta região concentram-se as grutas com maior desenvolvimento e com agrupamento de espeleotemas. As cavernas são consideradas patrimônios da união e deste modo são protegidas de destruição. A construção da LT ocasionou impactos sobre as cavernas, considerando que as mesmas são ambientes únicos e extremamente sensíveis as alterações ambientais. Verificou-se impactos negativos (pontuais e locais). Houve perda da vegetação permanente, uma vez que os acessos definitivos e as bases das torres deverão permanecer abertos, livres de qualquer tipo de cobertura vegetal arbóreo-arbustiva. O impacto não resulta apenas da perda local de habitats e da eliminação imediata de indivíduos, mas também com efeitos indiretos e prolongados nos remanescentes de vegetação nativa. Quase todos os impactos sobre a avifauna referem-se à fragmentação ou mesmo eliminação dos habitats naturais, reduzindo o tamanho das populações em uma escala regional, devido aos acessos e pátios das torres da linha de transmissão.		
Ações de mitigação: Os impactos de cunho negativo na espeleologia relevantes poderão ser mitigados com a implantação e acompanhamento através da implantação do Programa Preservação do Patrimônio Espeleológico. Para mitigar os efeitos e responder as lacunas existentes sobre os grupos de vertebrados terrestres e os impactos da implantação de linhas de transmissão de energia, será realizado o Monitoramento de Fauna em longo prazo, a fim de detectar eventuais mudanças na composição e abundância da comunidade faunísticas em função da instalação do Empreendimento. Ademais, o empreendimento conta com o Programa de Gestão Ambiental, Programa de Controle de Processos Erosivos, Programa de Monitoramento de Fauna, Programa de Educação Ambiental, Programa de Comunicação Social, Programa para Ação de Emergência Ambiental, Programa de Coleta e Disposição Adequada de Resíduos, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa da Interferência com Atividades Minerárias e Programa de Saúde e Segurança do Trabalhador.		

LT 500 kV Ibicoara – Poções III (EDTE)

<p>Descrição do projeto: Linha de Transmissão de 170 km atravessando sete municípios do estado da Bahia Portaria 17.646 de licenciamento ambiental publicada pelo INEMA em 09/01/2019 e válida até 09/01/2025</p>	<p>Estado: BA</p>	<p>Operação: Janeiro/2020</p>
<p>Cumprimento dos critérios de elegibilidade e exclusão do FIP: A LT está conectada ao SIN, e não está conectada diretamente a usinas geradoras. O empreendimento justifica-se no cenário de desenvolvimento da região nordeste do Brasil, a fim de maximizar a capacidade de escoamento dos potenciais eólicos previstos para a região Nordeste e aperfeiçoar a distribuição do fluxo de potência no sistema de transmissão dessa região.</p>	<p>ODS relacionados:</p> <div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div data-bbox="810 450 954 600">  <p>7 ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA</p> </div> <div data-bbox="1007 450 1150 600">  <p>13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA</p> </div> </div>	
<p>Impactos positivos: Foram identificados os impactos de geração de emprego, incremento da arrecadação tributária e aumento da confiabilidade do sistema elétrico.</p>		
<p>Principais riscos: Foram identificados os impactos negativos de geração de expectativas na população, geração de conflitos de interesse, pressão sobre a condição fundiária, perda de áreas produtivas e benfeitorias, pressão sobre infraestrutura de serviços essenciais, agravamento das situações de vulnerabilidade social, pressão sobre o tráfego rodoviário, pressão sobre a segurança hídrica da população local, interferência no patrimônio histórico, cultural e arqueológico, alteração da paisagem, alteração do uso e ocupação do solo, interferências com a vegetação, alteração e/ou perda de habitats, perturbação da fauna por ruídos, acidentes com a fauna silvestre, pressão de caça e captura com a fauna silvestre, interferência com unidades de conservação e demais áreas legalmente protegidas, indução ou aceleração de processos erosivos, alteração dos níveis de ruídos, interferência com atividades minerárias, interferências com a vegetação, pressão de caça e captura com a fauna silvestre e colisão da avifauna.</p>		
<p>Ações de mitigação: Para mitigação dos impactos identificados foram implementados os Programas de Gestão Ambiental, Programa de Comunicação Social, Plano Ambiental para a Construção, Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Efluentes Líquidos, Programa de Manutenção e Sinalização de Vias e Controle de Tráfego, Programa de Controle de Ruídos e Emissão de Material Particulado, Programa de Supressão da Vegetação, Programa de Resgate de Germoplasma, Programa de Reposição Florestal, Programa de Monitoramento da Fauna, Programa de Recuperação de Áreas Degradadas, Programa de Prevenção, Monitoramento e Controle de Processos Erosivos, Programa de Gestão de Interferências com Atividades Minerárias, Programa de Gestão Fundiária, Programa de Educação Ambiental, Programa de Educação Ambiental para Trabalhadores, e Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico.</p>		

Formulário Green Bond Principles

Green Bond / Green Bond Program

External Review Form

Section 1. Basic Information

Issuer name: Perfin Apollo Energia Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura

Review provider's name: SITAWI

Completion date of this form: 11/Jan/2021

Publication date of review publication: February 2022 (estimated)

Section 2. Review overview

SCOPE OF REVIEW

The review assessed the following elements and confirmed their alignment with the GBPs:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Use of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Process for Project Evaluation and Selection |
| <input checked="" type="checkbox"/> Management of Proceeds | <input checked="" type="checkbox"/> Reporting |

ROLE(S) OF REVIEW PROVIDER

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Consultancy (incl. 2nd opinion) | <input type="checkbox"/> Certification |
| <input type="checkbox"/> Verification | <input type="checkbox"/> Rating |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

EXECUTIVE SUMMARY OF REVIEW

According to SITAWI, Apollo Energia Infrastructure Equity Investment Fund (FIP, in Portuguese Acronym), managed by Perfin Administração de Recursos LTDA is aligned with the Green Bond Principles and thus eligible to market as a Green FIP. Proceeds are financing solar and wind energy generation projects and energy transmission projects. The FIP is committed to report annually the proceeds allocation and the environmental benefits of the projects.

Section 3. Detailed review

1. USE OF PROCEEDS

Overall comment on section: The FIP's rules indicates that the proceeds will be fully allocated to finance solar and wind energy generation projects and energy transmission projects. These projects contribute to generation and transmission of renewable energy and enhance the energy efficiency of Brazil's interconnected grid. The financed projects meet the eligibility requirements in the Climate Bonds Taxonomy and are aligned with the GBP.

Use of proceeds categories as per GBP:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Renewable energy | <input type="checkbox"/> Energy efficiency |
| <input type="checkbox"/> Pollution prevention and control | <input type="checkbox"/> Sustainable management of living natural resources |
| <input type="checkbox"/> Terrestrial and aquatic biodiversity conservation | <input type="checkbox"/> Clean transportation |
| <input type="checkbox"/> Sustainable water management | <input type="checkbox"/> Climate change adaptation |
| <input type="checkbox"/> Eco-efficient products, production technologies and processes | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Unknown at issuance but currently expected to conform with GBP categories, or other eligible areas not yet stated in GBPs | |

If applicable please specify the environmental taxonomy, if other than GBPs:

2. PROCESS FOR PROJECT EVALUATION AND SELECTION

Overall comment on section (if applicable):

Overall comment on section (if applicable): The selection of projects includes due diligence with the support of external consultants on environmental, regulatory, labor and other relevant ESG themes. The FIP's policy also establishes eligibility and exclusion criteria for energy transmission projects. These are compliant with the European Union's Sustainable Finance Taxonomy. All projects currently in the FIP's portfolio were assessed by SITAWI and are compliant with the established criteria. Therefore, we can conclude that the internal processes for project evaluation and selection are transparent and based on robust eligibility criteria. The projects have environmental and social benefits, delivering positive contributions to sustainable development and transition to a low carbon energy mix.

Evaluation and selection

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Defined and transparent criteria for projects eligible for Green Bond proceeds | <input type="checkbox"/> Documented process to determine that projects fit within defined categories |
| <input checked="" type="checkbox"/> Summary criteria for project evaluation and selection publicly available | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Information on Responsibilities and Accountability

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Evaluation / Selection criteria subject to external advice or verification | <input checked="" type="checkbox"/> In-house assessment |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

3. MANAGEMENT OF PROCEEDS

Overall comment on section (if applicable): The FIP's first quotas issuance summed up to \$ 1.2 billion, and the fund's rules allows future issuances up to the limit amount of R\$ 2.5 billion. The FIP's rules also allow temporary allocation in high liquidity fixed income instruments. Based on our analysis of proceeds management, we can conclude that there is a clear and transparent procedure to ensure that proceeds are allocated to projects that support the Green label.

Tracking of proceeds:

- Green Bond proceeds segregated or tracked by the issuer in a systematic manner
- Disclosure of intended types of temporary investment instruments for unallocated proceeds
- Other (*please specify*):

Additional disclosure:

- Allocations to future investments only
- Allocation to individual disbursements
- Disclosure of portfolio balance of unallocated proceeds
- Allocations to both existing and future investments
- Allocation to a portfolio of disbursements
- Other (*please specify*):

4. REPORTING

Overall comment on section (if applicable): The fund will disclose every three months the proceeds allocation. Annually, the FIP will also disclose environmental impacts of each project, namely: location, main impacts and mitigation measures (for all projects); extension, Green Users (power plants that generate wind, solar, small hydro or biomass electricity) and income related to them, average system GHG emissions factor from the last 5 years (gCO₂/kWh), and power generating units directly connected to the project (for transmission projects); installed capacity, generated energy and avoided GHG emissions (for energy generation projects). The indicators are aligned with international good practices and also the GBP. The compliance to established criteria will be verified by SITAWI annually.

Use of proceeds reporting:

- Project-by-project
- Linkage to individual bond(s)
- On a project portfolio basis
- Other (*please specify*):

Information reported:

- Allocated amounts
- Other (*please specify*):
- GB financed share of total investment

Frequency:

- Annual
- Other (*please specify*): *Every three months*
- Semi-annual

Impact reporting:

- | | |
|--|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Project-by-project | <input checked="" type="checkbox"/> On a project portfolio basis |
| <input type="checkbox"/> Linkage to individual bond(s) | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |

Frequency:

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input checked="" type="checkbox"/> Annual | <input type="checkbox"/> Semi-annual |
| <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): | |

Information reported (expected or ex-post):

- | | |
|---|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> GHG Emissions / Savings | <input type="checkbox"/> Energy Savings |
|---|---|

Other ESG indicators (*please specify*): location, main impacts and mitigation measures (for all projects); extension, Green Users (power plants that generate wind, solar, small hydro or biomass electricity) and income related to them, average system GHG emissions factor from the last 5 years (gCO₂/kWh), and power generating units directly connected to the project (for transmission projects); installed capacity, generated energy (for energy generation projects).

Means of Disclosure

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Information published in financial report | <input type="checkbox"/> Information published in sustainability report |
| <input checked="" type="checkbox"/> Information published in ad hoc documents | <input type="checkbox"/> Other (<i>please specify</i>): |
| <input type="checkbox"/> Reporting reviewed (<i>if yes, please specify which parts of the reporting are subject to external review</i>): | |

Where appropriate, please specify name and date of publication in the useful links section.

USEFUL LINKS (e.g. to review provider methodology or credentials, to issuer's documentation, etc.)

<https://www.perfinapolloenergia.com/>

ABOUT ROLE(S) OF REVIEW PROVIDERS AS DEFINED BY THE GBP

- (i) Consultant Review: An issuer can seek advice from consultants and/or institutions with recognized expertise in environmental sustainability or other aspects of the issuance of a Green Bond, such as the establishment/review of an issuer's Green Bond framework. "Second opinions" may fall into this category.
- (ii) Verification: An issuer can have its Green Bond, associated Green Bond framework, or underlying assets independently verified by qualified parties, such as auditors. In contrast to certification, verification may focus on alignment with internal standards or claims made by the issuer. Evaluation of the environmentally sustainable features of underlying assets may be termed verification and may

reference external criteria.

- (iii) Certification: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework or Use of Proceeds certified against an external green assessment standard. An assessment standard defines criteria, and alignment with such criteria is tested by qualified third parties / certifiers.
- (iv) Rating: An issuer can have its Green Bond or associated Green Bond framework rated by qualified third parties, such as specialized research providers or rating agencies. Green Bond ratings are separate from an issuer's ESG rating as they typically apply to individual securities or Green Bond frameworks / program

Anexo I – Método

O Parecer da SITAWI é baseado em uma metodologia proprietária, fundamentada em standards reconhecidos internacionalmente. Tal metodologia consiste na avaliação da infraestrutura financeira que suporta o FIP, analisando se os recursos têm como objetivo contribuir com projetos que possuem potencial de impacto ambiental positivo, condizente com a condição “Verde”. Para isso, analisa-se a estrutura financeira a partir dos quatro componente dos Green Bond Principles (GBP).

- **Uso dos Recursos** (*Use of Proceeds*): propósito da emissão e alinhamento dessa com as categorias dos GBP;
- **Processo de Seleção e Avaliação** (*Process for Project Evaluation and Selection*): procedimentos utilizados na escolha dos ativos e projetos investidos, alinhamento desses com a estratégia do fundo e benefícios socioambientais gerados;
- **Gestão dos Recursos** (*Management of Proceeds*): procedimento para gestão financeira dos recursos captados, para garantir a destinação para projetos elegíveis como verdes;
- **Relato** (*Reporting*): Divulgação de informações sobre controle e alocação de recursos, bem como dos impactos positivos esperados dos ativos ou projetos.